

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.378.296 - DF
(2018/0266106-6)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : VICTORIA CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA
ADVOGADOS : PATRÍCIA JUNQUEIRA SANTIAGO E OUTRO(S) -
DF023592
BRUNO SOUZA VIEIRA - DF046272
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : LUIZ FELIPE BULUS ALVES FERREIRA E OUTRO(S) -
DF015229

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPTU. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. DESCONFIGURADA. MERA TENTATIVA DE REITERAR FUNDAMENTO JURÍDICO JÁ EXPOSTO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. LEIS DISTRITAIS N. 4.721/2011 E 4.985/2012. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 280 DA SÚMULA DO STF. DIREITO LOCAL.

I - Na origem, trata-se de ação de conhecimento, com pleito liminar, em curso pelo procedimento comum que objetiva seja declarada a inexistência de relação jurídica tributária em relação aos imóveis citados na inicial, enquanto não editada lei específica dispondo sobre base de cálculo do IPTU em relação a tais bens, assim como a nulidade dos lançamentos ocorridos antes do referido marco e ainda condenar o réu a restituir à autora a integralidade do montante pago a título de IPTU, facultada, todavia, a opção pela compensação tributária (STJ, Súmula n. 461), independente de lei específica neste sentido. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi reformada.

II - Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão, obscuridade e contradição do Tribunal de origem na análise da questão, tenho que não assiste razão ao recorrente.

III - Na hipótese dos autos, verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador.

IV - Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento nos vícios acima apontados, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a

ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

V - Por outro lado, o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, as Leis Distritais n. 4.721/2011 e 4.985/2012, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”

VI - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator